

# **DISCUTINDO GÊNERO E TRANSEXUALIDADE COM OS/AS PROFESSORES DA ECITE DAURA SANTIAGO RANGEL**

Henry Chinaski Ramalho dos Santos<sup>1</sup>

## Resumo

A construção deste ensaio faz parte da minha experiência como bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e tem como objetivo divulgar e categorizar os dados do questionário aplicado aos/às professores/ras da Escola Cidadã Técnica e Integral Daura Santiago Rangel, localizada na cidade de João Pessoa, sobre a compreensão de gênero e transexualidade. Um dos desafios referente a discussão surge com a invisibilização da temática de gênero, orientação afetivo-sexual e identidade de gênero no Projeto Político Pedagógico (PPP), assim como a falta de tempo e de interesse do corpo docente de participar de programas de formação continuada sobre tais temáticas, apesar desses/as mesmos/as professores/ras reconhecerem a urgência e importância do debate. Como conclusão, serão apresentadas algumas possibilidades para a discussão do tema através do PPP e de parcerias institucionais como a da UFPB e do PIBID.

Palavras-chave: Transexualidade; Gênero; Educação.

## Resumen

La construcción de este ensayo forma parte de mi experiencia como becaria del Programa Institucional de Becas de Iniciación a la Enseñanza (PIBID), de la Universidad Federal de Paraíba (UFPB), y tiene como objetivo difundir y categorizar los datos del cuestionario aplicado a/ a docentes/ras de la Escola Cidadã Técnica e Integral Daura Santiago Rangel, ubicada en la ciudad de João Pessoa, sobre la comprensión del género y la transexualidad. Uno de los desafíos en cuanto a la discusión surge de la invisibilización del tema de género, orientación afectivo-sexual e identidad de género en el Proyecto Político Pedagógico (PPP), así como la falta de tiempo e interés de los docentes para participar en la formación

---

<sup>1</sup> [henry.chinaski@academico.ufpb.br](mailto:henry.chinaski@academico.ufpb.br); Estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)

permanente. programas sobre tales temas, a pesar de que estos profesores reconocen la urgencia e importancia del debate. En conclusión, se presentarán algunas posibilidades para la discusión del tema a través del PPP y alianzas institucionales como la UFPB y el PIBID.

Palabras clave: Transexualidad; Género; educación.

## INTRODUÇÃO

Segundo o dossiê “Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021”, divulgado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em janeiro de 2022, o Brasil segue novamente na liderança dos assassinatos contra pessoas trans no mundo. A expectativa de vida de uma pessoa trans é de 35 anos, enquanto a média nacional é de 76 anos.

Além da violência física nas ruas, em que estão constantemente expostos/as, também sofrem o preconceito familiar. Na ausência do apoio familiar, recorrem à escola, pois esta tem uma função social de extrema importância no processo de socialização do ser humano. Contudo, na instituição escolar, assim como no meio familiar, também podem se deparar com violências físicas e simbólicas.

É na escola, por exemplo, que será testado o direito ao uso do nome social, o acesso aos banheiros como necessidade fisiológica e humana, e o comportamento dos/as docentes e demais estudantes referente à aluna ou aluno transexual e travesti. A privação do direito ao uso do nome social e ao banheiro de acordo com a sua identidade de gênero, e demais direitos assegurados e embasados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dificulta a integração e a permanência da pessoa trans e travesti nesse espaço.

É estimado que, no Brasil, 82% das pessoas trans e travestis tenham sofrido com a expulsão escolar na Educação Básica. Esses dados foram levantados através de uma pesquisa de extensão realizada pelo defensor público João Paulo Carvalho Dias, presidente da Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Paulo Freire (1997) também informa que há uma ideologia camuflante no conceito de evasão escolar, pois subentende que a criança ou o adolescente simplesmente saiu da escola porque quis quando, na verdade, o sistema escolar é que dificulta a sua permanência.

Este ensaio se propõe a pensar a dimensão da transexualidade no Brasil, pois esta vai além da luta pelo reconhecimento e respeito ao nome social e ao uso do banheiro de acordo com a sua identidade de gênero. É necessário pensarmos o próprio sentido da existência desses e demais corpos na nossa sociedade.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa foi de natureza aplicada, resultante da aplicação de um questionário eletrônico para os/as professores/as da ECITE Daura Santiago Rangel sobre a temática de gênero e sexualidade, visando identificar quais as maiores dúvidas que estes/as tinham em relação às pessoas transexuais e travestis. A partir de suas falas foram categorizados os conceitos, discursos e práticas que podem contribuir para a exclusão das pessoas trans e travestis do espaço escolar. Foram sete questões abertas e entre os/as 19 professores/ras da escola que eu entrei em contato, 10 responderam.

## **RELIGIÃO E RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE**

Na primeira questão perguntei-lhes se possuíam alguma religião e qual seria. O retorno que eu tive quanto à essa pergunta foi a de qual seria a importância dessa informação para a minha pesquisa. De acordo com a última pesquisa realizada pelo Datafolha, em 2020, 81% dos/as brasileiros/as são religiosos, sendo 50% de origem católica e 31% evangélicos/as. Mas qual a importância em saber a religião dos/as professores/as?

Segundo Bourdieu (2007a) o campo religioso constitui-se a partir do desenvolvimento de uma “moralização” e de “sistematização” das crenças e práticas representativas religiosas. Os fenômenos religiosos interiorizam imperativos éticos cujo o “bem” é recompensado e o “mal” é punido. Também é desenvolvido o sentimento de “pecado” e o desejo de “salvação”. Ainda de acordo com o sociólogo, a imposição e a interiorização desses esquemas, que se manifestam no pensamento e na ação, faz com que a Igreja contribua para a manutenção da ordem religiosa e política, assim como para a manutenção da ordem simbólica.

No Brasil, ocorre “a articulação entre setores fundamentalistas cristãos, especialmente evangélicos, e o poder político, institucional e midiático” (GALLEGO, 2018, p. 91). A pastora pentecostal, Damares Alves, representa politicamente a pasta do ministério dos Direitos Humanos, da Família e da Mulher. Em seu discurso de posse, no dia 3 de janeiro de

2019, ela informou: “O Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã”. Ela também defende a “vida desde a concepção” e que no Brasil “menino veste azul e menina veste rosa”. Damares também posicionou-se contra o aborto de uma menina de 11 anos que era estuprada pelo próprio tio desde os 6 anos. O aborto em caso de estupro de vulnerável está previsto no Código Penal Brasileiro desde 1940. Damares, que está a frente de um cargo político tão importante, deixa-se levar pelo seu lado religioso na hora de se posicionar sobre assuntos tão caros para o ministério que ela representa.

Como um homem transexual eu cresci convivendo com os discursos de dogmas religiosos que eram impostos a mim através da minha família, que “Deus havia criado homem e mulher”, que o que sou não é natural e eu vivia em constante pecado. Comecei a introjetar esses discursos e, de fato, acreditar que eu estava errado e podia mudar. Para ser aceito pela família e para não perder amizades que estavam se afastando de mim (porque ninguém queria ser visto/a comigo, principalmente as meninas), entrei para um grupo de jovens católicos/as da minha cidade. Mas eu ainda não me sentia bem ouvindo o que eles/as pregavam, pois era sempre baseado na noção de culpa e pecado, a ameaça iminente de ir para o inferno, assim como os discursos morais e repressivos.

De acordo com o pastor Henrique Vieira, uma característica central dos discursos fundamentalistas religiosos “é a articulação entre culpa e medo, a partir de uma perspectiva de rigidez comportamental” (GALLEGO, 2018, p. 93). Pois,

Como a leitura bíblica é esvaziada de seu sentido histórico, toda doutrina circula em torno de regras morais individualizantes. Ganha grande importância a ideia de santificação associada a uma noção de “pureza” sexual. Nessa lógica, a sexualidade é trabalhada a partir da perspectiva do controle sobre o corpo, da domesticação dos instintos e do não acolhimento de sua complexidade. Tal perspectiva é também atravessada pelo modelo patriarcal, pela perspectiva heteronormativa e pela cultura machista. (GALLEGO, 2018, p. 93)

Decidi, então, parar de frequentar o grupo religioso e sofri bastante com a perda de amigos/as que cada vez mais se afastaram de mim. Hoje percebo que eu não os/as perdi, foi opção deles/as me excluir em vez de me acolher. Não estou aqui querendo comparar os/as professores/ras da ECITE com a ministra Damares ou outros religiosos fundamentalistas que convivi e conheci, mas sim, através das exposições e exemplos, afirmar a ligação direta que a Igreja tem com as questões humanas, logo, com a sexualidade e as relações de gênero. Dos 10 professores, 6 entendem-se como cristãos e seguem a religião católica.

## DIFERENÇAS SOCIAIS DE GÊNERO

Na segunda questão perguntei-lhes se possuíam filhos/as e se sim, como lidam no dia a dia com as diferenças sociais de gênero, por exemplo, em relação aos brinquedos, brincadeiras, comportamentos, gestos, falas, tarefas domésticas, etc. Mais da metade dos/as professores/as possuem filhos/as e netos/as e relataram não fazer distinção de gênero.

Entretanto, a partir da década de 1930, com a difusão do conceito de papel social, nas Ciências Sociais, masculino e feminino eram diferenciados de acordo com um princípio universal de diferenciação e classificação (PISCITELLI, 2009). Papéis sociais são comportamentos que desempenhamos de acordo com o que a sociedade espera de nós enquanto indivíduos ou grupos (SILVA, *et al*; 2013).

De uma mulher é esperado, socialmente, que ela seja feminina, que comporte-se adequadamente em alguns ambientes, que não seja agressiva, que queira casar, ter filhos e desempenhe atividades domésticas que são naturalizadas e atribuídas ao sexo feminino. O mesmo ocorre quanto ao papel social esperado pelo sexo masculino, é esperado que este seja corajoso, que não demonstre emoções consideradas do sexo feminino (delicadeza, fragilidade), que seja agressivo, etc. É importante ressaltar que os papéis sociais variam em determinados momentos históricos.

A antropóloga Margaret Mead, em “Sexo e temperamento”, explica que essas atribuições de diferentes personalidades, masculino como corajoso, feminino como frágil, não são classificações que podem ser sustentadas de acordo com o sexo, mas sim de uma “possível construção social imaginativa” (MEAD, 1969, p. 274). Não é o sexo que condiciona os temperamentos ditos femininos ou masculinos, mas sim uma pressão social que é exercida sobre as crianças para se comportarem de uma forma ou de outra.

Em nossa sociedade, o gênero é construído a partir do “sexo biológico”. De acordo com a socióloga Berenice Bento,

A materialidade do corpo só adquire vida inteligível quando se anuncia o sexo do feto. Quando a criança nasce, encontrará uma complexa rede de desejos e expectativas para seu futuro, levando-se em consideração para projetá-la o fato de ser um/a menino/menina, ou seja, ser um corpo que tem um/a pênis/vagina. Essas expectativas são estruturadas numa complexa rede de pressuposições sobre comportamentos, gostos e subjetividades que acabam por antecipar o efeito que se supunha causa. Os brinquedos, as cores das roupas e

outros acessórios que comporão o enxoval são escolhidos levando-se em conta o que seria mais apropriado e natural para uma vagina e um pênis. (BENTO, 2011, p. 550)

A partir do momento em que o sexo do bebê é revelado como “é menino!” ou “é menina!”, “não se está descrevendo um menino ou menina, mas criando um conjunto de expectativas para aquele corpo que será construído como “menino” ou “menina”. (BENTO, 2011, p. 551) Quando dizemos “menino/menina”, não estamos descrevendo uma situação,

mas produzindo masculinidades e feminilidades condicionadas ao órgão genital. Uma criança que recebe de presente bonequinhos para cuidar, dar de mamar, fogõezinhos e panelinhas onde predomina a cor rosa está sendo preparada para o gênero feminino (passiva, cuidadosa, bondosa) e terá na maternidade o melhor e único lugar para exercer esses atributos. Ou então, se essa criança ganha revólveres, carros, bolas e outros brinquedos que estimulam a competição e exigem esforços mentais e corporais, está em curso o trabalho de fabricação do corpo para o mundo público. Os brinquedos produzem o feminino e o masculino. Funcionam como próteses identitárias.” (BENTO, 2011, p. 551)

Portanto, apesar de mais da metade dos/as professores/as possuírem filhos/as e netos/as e relatarem não fazer distinção social de gênero, os dados nos mostram o quanto essa divisão começa bem antes do bebê nascer. A introjeção das expectativas de gênero começa desde a concepção e é um processo que se torna tão natural que não percebemos a divisão e, conseqüentemente, a opressão que isso acarreta.

## **DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE EM OUTRAS ESCOLAS**

Na terceira questão perguntei-lhes se além da ECITE Daura Santiago Rangel, já trabalharam em outra escola. Se sim, se havia a discussão sobre gênero e sexualidade e como ocorria. Apenas duas pessoas responderam que não haviam trabalhado. Quanto às demais que trabalharam, uma informou que não havia uma discussão aprofundada do tema, quando acontecia era uma discussão tímida, pois se tratava de uma escola privada e os pais dos/as estudantes não aceitavam bem esse tipo de assunto.

De fato, alguns professores/as deixam de discutir temáticas importantes por medo de enfrentarem uma campanha de perseguição. Um exemplo disso ocorreu com a discussão acerca do projeto Escola Sem Partido que, apesar de ter sido considerado inconstitucional, ainda encontra ressonâncias em alguns estados brasileiros. As discussões de gênero e sexualidade, pela lógica do projeto, não devem ser um tema de sala de aula.

Segundo Fernando Penna,

A grande questão em disputa é quem educa: a família e/ou a escola? Quais são os objetivos da educação? O movimento Escola sem Partido defende que apenas a família e a religião podem educar, e os professores devem se restringir a instruir os alunos com o único objetivo de qualificá-los para o trabalho. Tal assertiva qualifica o projeto como uma iniciativa que busca destruir o caráter educacional da escola e da sala de aula como espaço de debate e aprendizado para a vida. GALLEGO, (2018, p. 111)

O discurso reacionário de quem defende o projeto Escola sem Partido “quer fazer acreditar que a escola tem como objetivo transformar os jovens em gays e lésbicas, a fim de destruir a “família tradicional” e ensinar “pedofilia”. Por isso usam o termo “ideologia de gênero” - uma poderosa ferramenta política para manipular o pânico moral em troca de ganhos eleitorais” (GALLEGO, 2018, p. 112) Outra pessoa informou que quando havia esse tipo de discussão, ela era limitada aos caracteres sexuais nas aulas de Ciências e Biologia, o que nos leva à ideia de construção da sociedade e de gênero ligada ao “sexo biológico”. No entanto, o que é sexo biológico? Só existem dois, quais sejam, macho e fêmea?

Saulo Vito Ciasca, médico psiquiatra pela Faculdade de Medicina da USP e Coordenador da Área da Saúde da Aliança Nacional LGBTI+, explica que não. Segundo ele, o termo “sexo biológico” é uma convenção, visto que pessoas que têm pênis, cromossomo XY, gônadas testiculares, um corpo com um nível hormonal de testosterona elevado e um cérebro que também possui características “masculinas”, são enquadradas na categoria de sexo masculino.

É uma convenção porque nos estudos da botânica sobre o sexo biológico dos vegetais são usadas outras convenções, tais como endosperma, angiosperma, gimnosperma. No ser humano, não existem dois sexos, mas vários sexos, pois as pessoas têm um sexo genital, um sexo cromossômico, um sexo gonadal, um sexo hormonal ou fenotípico. Se um indivíduo nasce com todas essas combinações citadas acima (pênis, cromossomo XY, testículos, testosterona) em conformidade no processo do desenvolvimento do sexo, convencionou-se atribuí-lo ao sexo masculino. O mesmo ocorre com o sexo feminino, que é convencionado atribuí-lo as pessoas que nascem com vulva, vagina, útero e demais componentes sexuais.

Na sigla LGBTQIAP+, a letra I representa as pessoas intersexo. O que elas significam? As pessoas intersexuais possuem sexos que não são tipicamente conformados na categoria sexo masculino ou sexo feminino. Como existe o sexo genital, a pessoa pode nascer

com um pênis e também com um sexo cromossômico XX (atribuído ao sexo feminino), ou o contrário, nascer com o sexo genital constituído por uma vulva e também o sexo cromossômico XY (atribuído ao sexo masculino). As pessoas intersexuais são identificadas pelas ciências médicas por possuírem o sexo cromossômico XXY, e esse desenvolvimento cromossômico ocorre por diversas razões na formação dos sexos.

Infelizmente, em alguns livros didáticos de Biologia que abordam o corpo humano, as discussões que podem surgir referente à temática de gênero e sexualidade ainda são limitadas às noções de “sexo biológico”, à reprodução e às doenças sexualmente transmissíveis. Quando é abordado o sistema reprodutor humano, por exemplo, lemos “sistema genital masculino” que é representado pelo pênis ou “sistema genital feminino”, representado pela vulva. No entanto, alguns ativistas LGBTQIAP+ e profissionais da área da saúde, já evitam usar esses termos, preferem “sistema reprodutor testicular” e “sistema reprodutor ovariano”, visto que as pessoas transexuais e travestis também são capazes de reproduzirem-se.

Vale também ressaltar que em alguns desses livros não há menção acerca das pessoas intersexuais. Quando fala-se de variações cromossômicas e como essas determinam o sexo, elas são apresentadas como “estranhas” ou “aberrações cromossômicas”, pois são consideradas um desvio em relação ao cariótipo “normal”: XX (cariótipo da mulher) e XY (cariótipo do homem).

Outra pessoa informou que mesmo tendo trabalhado em outra escola, no Daura essa temática é trabalhada melhor, apesar de não ter relatado um pouco como ocorre. Acompanhei a rede social da escola através do Instagram @ecitdaurasantiago a fim de verificar se há alguma menção às temáticas de gênero e sexualidade. No dia 28 de junho de 2018 há um *card* sobre o Dia Internacional do Orgulho LGBTI. No post desse *card* há a contextualização e a simbologia que a data representa. Contudo, há erros quanto à diferenciação de gênero, orientação sexual e identidade de gênero.

No dia 22 de agosto de 2019 a escola promoveu o Projeto Ser EJA Cidadã na Ecite Daura Santiago. Tem um *post* sobre isso no instagram da escola, e o projeto propôs uma roda de diálogo e reflexão sobre os seguintes temas: “violência contra a mulher, violência contra a criança e o idoso e respeito na escola e bullying”. Apesar da violência contra a mulher ser uma violência de gênero, não há nenhuma menção acerca disso (no *post* e/ou nos cartazes), nem sobre identidade de gênero. Geralmente a violência contra a mulher, quando abordada, é

limitada à violência doméstica e feminicídio, o que causa uma superficialidade do debate. Violência de gênero e identidade de gênero traz uma maior reflexão histórica, social e cultural dos costumes que criam e reproduzem esse tipo de violência em todos os âmbitos sociais.

No dia 17 de maio de 2021 a escola publicou outro *post* sobre o Dia Internacional do Combate à LGBTfobia. Nesse *card*, assim como na postagem de 2018, há contextualização. E, mais recente, no dia 28 de junho de 2021 há um *post* sobre o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+. Nesse último *post* não tem nenhuma contextualização da importância dessa data, apenas parabeniza o grupo pelo dia e se coloca a favor da luta contra o preconceito.

Pelo o que eu pude observar, através da rede social da escola, os *cards* envolvendo essa temática oscilam ora entre o aprofundamento com contextualizações, ora entre a superficialidade traduzida e limitada à datas simbólicas. Apesar de parabenizar o grupo pela luta, de colocarem-se à disposição na luta contra o preconceito e promoverem a tolerância, continuam limitados, pois, como informado acima, as pautas são reduzidas à datas comemorativas e simbólicas, quando deveriam ser abordadas no Projeto Político Pedagógico (PPP) e serem discutidas coletivamente no cotidiano escolar, tendo em vista que a escola já teve como experiência um estudante transmasculino em seu corpo estudantil.

Outra disse que quando o assunto surgia era limitado ao contexto escolar, mas não descreveu um pouco melhor sobre, visto que era o objetivo central da pergunta. Outra pessoa informou uma limitação da temática durante o próprio processo de formação inicial docente, vide o preconceito velado que também existe entre os/as próprios/as professores/as universitários/as. Segundo Félix, “o problema da formação, no entanto, não se revela somente na formação inicial e continuada. Ela vem antes, faz parte de um processo histórico que necessita mudar” (FÉLIX, 2015, p. 183). O que nos leva à reflexão acerca das diferenças sociais de gênero que nos constrói através da socialização primária e que refletem na construção das subjetividades.

Outra relatou que quando havia tais discussões eram muito vagas, e vinha de atitudes individuais dos/as próprios/as professores/as. Ainda de acordo com Félix,

Como são temas que atravessam a formação e que, portanto, deveriam ser contemplados em diversas disciplinas, áreas e cursos, não há, em geral, um espaço específico para abordá-los. Nesse sentido, gênero e sexualidade vão sendo trabalhados à margem, por professoras e professores pessoalmente engajados e não

por vias institucionais que lhes garantam sustentabilidade e importância no âmbito dos currículos de formação inicial. (2015, p.183)

Portanto a necessidade de incluir as relações de gênero, identidade de gênero e orientação afetiva-sexual no Projeto Político Pedagógico da escola, a fim de que essas discussões não passem a ser trabalhadas por professores/as isolados/as sem nenhuma orientação assertiva e respaldo institucional.

## **FORMAÇÃO EM GÊNERO E SEXUALIDADE**

Na quarta questão perguntei-lhes se em seu processo formativo inicial e continuado, eles/as tiveram ou têm acesso a conteúdos relacionados a gênero e sexualidade, como disciplinas optativas, palestras, mini cursos, especialização, simpósios, roda de debates, etc. Uma pessoa respondeu “quase nada” e outra disse que não teve. Quanto aos/as demais que responderam afirmativo, uma pessoa relatou que apesar de ter tido acesso, não teve tempo livre para se dedicar mais aprofundadamente devido à exigência de um comprometimento maior de sua própria área de formação. Essa pessoa que respondeu não informou a sua área de formação, contudo, gênero e sexualidade é um tema transversal, ou seja, todas as disciplinas podem abordá-lo.

Por ser um tema transversal, há espaço e encaixe em todas as disciplinas. Seja através de um texto do conteúdo que invisibiliza os marcadores sociais das diferenças (gênero, raça, classe, etnia), seja através das falas dos/as próprios estudantes, matérias de jornais, gestos e comportamentos, vestimentas, etc. Conforme exposto acima, o gênero é uma construção social e a sexualidade faz parte da vida de todos/as, e mesmo que haja a tentativa de ignorar a temática, ela se faz presente. Um exemplo concreto disso ocorreu na ECITE, em 2020, quando uma pessoa que não fazia parte do corpo estudantil conseguiu ter acesso ao *link* de uma aula que estava sendo ministrada online e colocou para tocar uma música de conotação sexual. De acordo com a Coordenadora Pedagógica, a professora ficou sem reação.

É necessário, portanto, que os/as professores/as saibam ampliar o olhar para além do que já estão acostumados/as a fazer, e também ter um suporte e apoio institucional por parte da escola e demais docentes. Outra informou que nas aulas eletivas das escolas técnicas e

integrals há uma abertura maior para discutir esses temas transversais. As disciplinas eletivas é um ponto bastante positivo no tocante à amplitude das discussões, no entanto, o/a professor/a ministrante da aula precisa se sentir confortável e preparado/a para discutir a temática, significando assim a necessidade de uma formação continuada em gênero e sexualidade. Pois, de acordo com Freire,

O professor que não leve a sério sua formação, que não estude, que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe. (...) como professor não me é possível ajudar o educando a superar sua ignorância se não supero a minha. Não posso ensinar o que não sei. (FREIRE, 2021, p. 90 - 92)

Outra informou que em diversos momentos da vida acadêmica e no processo contínuo, sempre aconteceram esses debates, mas não chegou a especificar na questão como eles ocorriam. Outra relatou que embora tivesse tido acesso a materiais sobre a temática, não viu a aplicabilidade desses mesmos materiais. Essa é uma situação passiva de crítica, pois completamente desconectada da realidade, materiais e falas que não correspondam à concretização não fazem nenhum sentido em serem aplicados.

## **O USO DO NOME SOCIAL NA ESCOLA**

Na quinta pergunta perguntei-lhes qual é a orientação da escola caso o/a estudante manifeste o desejo de usar o nome social. Quatro pessoas informaram que não sabem qual é a orientação da escola, contudo, creem que a mesma não faça objeção. Uma pessoa informou que quanto a esse caso deve-se acionar à regional de ensino, e os/as demais disseram que o desejo e opção do/a estudante deve ser respeitado. Nessa pergunta ninguém soube responder como ocorre essa orientação da escola.

Não é suficiente não fazer objeção, e a vontade do/a estudante, que deve ser respeitada, necessita que a escola saiba orientá-lo(a) no momento da matrícula ou se o/a estudante desejar fazer uso do nome social no decorrer do ano letivo. Para isso, há a portaria nº. 33, de 17 de janeiro de 2018, do Ministério da Educação, que em seu art. 1º estabelece que “Fica homologado o Parecer CNE/CP nº 14/2017, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, aprovado na Sessão Pública de 12 de setembro de 2017, que define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da Educação Básica do País, para alunos maiores de 18 anos”. E em seu art. 2º que “Alunos menores de 18 anos podem

solicitar o uso do nome social durante a matrícula ou a qualquer momento, por meio de seus pais ou representantes legais”.

O blog do “Observatório Trans”, na seção “Legisla-trans”, disponibiliza um modelo de formulário para a solicitação da inclusão do nome social na escola para maiores de 18 anos. Aos/as estudantes menores de idade, o requerimento deverá ser assinado pelos pais ou responsáveis.

## **A URGÊNCIA DA DISCUSSÃO NA ESCOLA E SEUS POSSÍVEIS RECEIOS**

Na sexta e última questão perguntei-lhes qual era a opinião que eles/as tinham acerca do debate sobre a transexualidade e a travestilidade na escola. E também quais seriam os aspectos considerados positivos, e seus possíveis receios. 90% dos/as professores/as responderam que o debate é importante e urgente e não se opõem à discussão na escola. Entretanto, um fato contraditório e problemático é que estes/as profissionais não têm interesse em participar de projetos, oficinas ou programas de formação continuada.

Uma das minhas propostas como participante do PIBID era a de promover uma oficina de debates sobre a temática de gênero e sexualidade, em parceria com professores/as especializados/as do Centro de Educação da UFPB, tendo como público alvo os/as professores/as da ECITE Daura. Contudo, soube através da professora preceptora da escola, e que também faz parte da coordenação do PIBID, que os/as professores/as não têm interesse em participar da oficina ou outra proposta de formação continuada, e eu deveria ter como público alvo, exclusivamente, os/as estudantes.

Compreendo a falta de interesse em participar de propostas como essa, as demandas institucionais que já tomam bastante o tempo desses/as professores/ras, assim como o trabalho educacional de suas próprias áreas de formação. Assim como não há uma pressão da escola sobre a participação desses/as profissionais em propostas como a que eu propus, visto que no PPP não há menção acerca do combate à violência de gênero e/ou identidade de gênero.

Os/as que levantaram a importância do debate trouxeram reflexões de que mais do que debater, é preciso saber como debater, visto que deve ser em uma linguagem bastante dialógica e informativa para que não passe uma visão impositiva. Quanto aos receios, relataram o receio de debater devido aos pais dos/as estudantes, e uma dessas pessoas citou como exemplo pais que são de religião evangélica e que orientam seus filhos/as a não ouvirem o que vai contra os princípios religiosos, como, por exemplo, a discussão sobre a

teoria da evolução. Receios como esses vão de encontro com o que já foi mencionado acima, sobre discursos reacionários de pais e responsáveis que defendem um projeto de escola que esvazia o debate democrático e plural e silencia temas tão importantes para o desenvolvimento humano como a sexualidade.

## CONCLUSÃO

Conforme as informações e análises das discussões, os/as professores/as da ECITE, posicionam-se na luta contra a discriminação, na luta a favor da cultura da tolerância, da promoção da diversidade e ressaltam a importância da discussão na escola. No entanto, resistem em participar de propostas e programas que visam à formação continuada na área de gênero e sexualidade. As justificativas refletem-se em falta de tempo, devido às demandas burocráticas institucionais e o tempo que precisam dedicar-se a suas áreas de formação, e de interesse, pois, segundo eles/as, os temas são abordados de formas impositivas e os materiais disponibilizados são desconectados da prática escolar.

A ECITE também possui uma visão limitada das relações de gênero e sexualidade, pois limitam-na em abordá-las, superficialmente, em datas comemorativas e simbólicas, pois não é uma pauta incluída na construção do Projeto Político Pedagógico. Um exemplo disso, ocorre nas postagens da rede social da escola no *Instagram*, que oscila entre a tentativa de um aprofundamento do tema e a superficialidade do mesmo, o que nos leva à hipótese de que essas postagens foram feitas por pessoas diferentes, ou seja, não partiu de uma discussão feita pela escola.

Ressalto a importância da inclusão das temáticas de gênero, orientação afetiva-sexual e identidade de gênero no Projeto Político Pedagógico, pois discussões como essas não podem limitar-se à datas comemorativas e simbólicas que vêm de professores/as individuais ou de parcerias institucionais externas como as da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). É necessário que essas temáticas sejam incluídas no PPP para assegurar, por exemplo, os direitos das pessoas transexuais e travestis ao uso do nome social e à permanência na escola.

Concluo esse ensaio trazendo uma reflexão sobre a importância da formação inicial e continuada dos/as professores/as em gênero e sexualidade, pois é preciso oferecer a capacitação necessária para que esses/as profissionais sintam-se confiantes e não fiquem sem reação ao lidar com situações adversas, como a que ocorreu em uma aula *online*. Destarte, enxergo na ECITE uma ótima oportunidade da discussão do tema na criação de disciplinas

eletivas, no papel do/a tutor/a em assegurar a permanência das pessoas transexuais e travestis na escola e nos clubes de protagonismo. Destaco o projeto da escola intitulado “Nas Ondas do Daura”, pois este pode se propor a convidar especialistas da área de gênero e sexualidade para aprofundar o debate, e o papel de parcerias como a da UFPB e do PIBID para estimular a reflexão das práticas pedagógicas e melhoras no índice de expulsão escolar das pessoas transexuais e travestis da educação básica.

## REFERÊNCIAS

AMABIS, José Mariano. **Biologia** / José Mariano Amabis, Gilberto Rodrigues Martho. - 2. ed. - São Paulo: Moderna, 2004.

50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha. **G1**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml> acesso em: 19 de fev. de 2022.

BENEVIDES, Bruna. NOGUEIRA, Sayonara. Dossiê Antra: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf> acesso em: 10 de fev. de 2022.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, p. 549-559, 2011.

**Estadão Conteúdo**. Damares Alves: o Estado é laico, mas essa ministra é terrivelmente cristã. 2 de jan. de 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/o-estado-e-laico-mas-essa-ministra-e-terrivelmente-crista-diz-damar-es-alves/> acesso em: 19 de fev. de 2022.

FÉLIX, Jeane. Gênero e formação docente: reflexões de uma professora. **Revista Espaço do Currículo**, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 67ª ed - Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

JIMÉNEZ, Carla. **Menina de 10 anos violentada faz aborto legal, sob alarde de conservadores à porta do hospital**. El País, São Paulo, 16 de ago. de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-16/menina-de-10-anos-violentada-fara-aborto-legal-sob-alarde-de-conservadores-a-porta-do-hospital.html> acesso em: 19 de fev. de 2022.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Editôra Perspectiva, 1969

**O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil** / Luis Felipe Miguel ... [et al]; organização Esther Solano Gallego. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero: a história de um conceito**. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. Diferenças, igualdade. São Paulo, Berlendis & Vertecchia, 2009, pp. 116 - 148.

SAÚDIVERSIDADE #30: Identidade de gênero e orientação afetiva. **Jornal da USP**, São Paulo, 2 de jun. de 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/podcast/sauidiversidade-030-identidade-de-genero-e-orientacao-afetiva/> acesso em: 2 de jun. de 2021.

SILVA, Afrânio *et al.* **Sociologia em Movimento** - Capítulo 14 Gênero e Sexualidade (p. 336 - 362). São Paulo, 1. ed. Editora Moderna, 2013, 400 p.